



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

GT 5: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS

A CONCEPÇÃO DE GÊNERO NO ACESSO À EDUCAÇÃO PRISIONAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE REVELAM O CONTEXTO PARANAENSE E AS PESQUISAS BRASILEIRAS

Bruna Mayara Bonatto (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: bruna.bonatto@hotmail.com;
Mary Ângela Teixeira Brandalise (Universidade Estadual de Ponta Grossa); Email: marybrandalise@uol.com.br.

TEMÁTICA: EDUCAÇÃO PRISIONAL

RESUMO: Este trabalho apresenta uma revisão sistemática de literatura com o objetivo de verificar e relacionar as concepções de gênero na oferta de educação nas penitenciárias brasileiras por meio das políticas públicas. A análise é pertinente devido sua relevância no processo de avaliação do ‘Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná – PEESPP’ (2012) numa perspectiva emancipatória. Essa investigação compõe um estudo mais amplo: “Educação e gênero entre grades: avaliação da política de Educação Prisional do Paraná nas penitenciárias femininas de regime fechado”, desenvolvido em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PPGE/UEPG. O encaminhamento metodológico corresponde à abordagem qualitativa. Apresentam-se as convergências discursivas encontradas nos posicionamentos teóricos do campo da Educação Prisional e na legislação paranaense que subsidia os programas de educação no ambiente prisional. Concluiu-se que tanto o PEESPP quanto as produções acadêmicas que compõem essa revisão reconhecem discursivamente a relevância da diversidade de gênero na gestão das políticas públicas educacionais no âmbito prisional. Porém, o posicionamento discursivo político e a abordagem da categoria gênero nas produções acadêmicas sobre a oferta e o acesso à educação em ambiente prisional caracterizam-se como incipientes e necessitam de maior atenção e exploração.

Palavras chave: Educação Prisional; Gênero; Avaliação Educacional; Revisão sistemática de literatura.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, por meio de uma busca rápida, nos deparamos com um arcabouço de políticas públicas com a finalidade de universalizar os direitos sociais dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88). Porém, a realidade da parcela da população alvo desse estudo – a população penitenciária brasileira – é de exclusão social, pois ainda não conseguiram, ou de modo precário e insuficiente, acessar esses direitos. A partir de 2005, somente, a educação para a população penitenciária apresentou-se na agenda política como



uma preocupação na pauta das discussões governamentais a respeito da gestão das políticas públicas de educação no Brasil (SAUER; JULIÃO, 2012). Como resultado, os Ministérios da Educação e da Justiça em parceria com a UNESCO¹ instituíram em 2011 o 'Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional' (PEESP).

Convergindo com este cenário político, o estado do Paraná, especificamente a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná, instituíram em 2012 o 'Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná' (PEESP) almejando como objetivo:

[...] a garantia da escolarização básica, no nível fundamental e médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional às pessoas em privação de liberdade, no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, por meio dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA e/ou Ações Pedagógicas Descentralizadas – APED (PARANÁ, 2012, p. 05).

Constata-se, então, que a educação para os indivíduos privados da liberdade constitui uma preocupação política muito recente no Brasil e, conseqüentemente, no estado do Paraná, sendo pertinente a reflexão acerca das estratégias, dos desafios e dos limites das políticas e dos programas em exercício.

A esse respeito, Belloni, Magalhães e Sousa (2000, p. 14) indicam que há uma "escassez de literatura teórica e sobre experiências avaliativas" na área de políticas públicas educacionais. Convergindo com tal indicação, e considerando o contexto acadêmico brasileiro, por meio de um levantamento realizado no Banco de Teses publicizado no Portal da Capes², utilizando-se como referência de busca as palavras 'Educação Prisional',

constatou-se a escassez de pesquisas sobre a avaliação de uma política ou programa em Educação Prisional no país.

Diante de tal panorama é fundamental a análise e a discussão em nível estadual das ações em Educação Prisional, e nesse sentido a avaliação da política e dos programas em andamento no estado do Paraná se constitui como um instrumento necessário para a compreensão e a (re)orientação das ações realizadas.

Ao propor e/ou iniciar o processo de avaliação de políticas e programas educacionais numa perspectiva emancipatória se faz necessário verificar como a política que subsidia os programas de educação em âmbito prisional no estado do Paraná compreende as questões relativas ao gênero na concessão dessas ofertas, bem como o campo acadêmico da Educação Prisional compreende essas mesmas questões.

¹ Sigla para 'United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization', em português Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura'. Esta organização foi fundada após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo contribuir para a segurança e paz no mundo, por meio da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. Sua sede está localizada em Paris, na França, e atua em 112 países, inclusive no Brasil (UNESCO, 2017).

² Endereço eletrônico do Banco de Teses publicizado pelo Portal da Capes: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>.



Nesse sentido, esta comunicação apresenta-se como uma revisão sistemática de literatura com o objetivo de verificar e relacionar as concepções de gênero relacionadas à possibilidade de oferta da educação formal na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas penitenciárias brasileiras por meio das políticas públicas. A análise é necessária e pertinente devido sua fundamental relevância no processo de avaliação do PEESPP (PARANÁ, 2012) numa perspectiva emancipatória.

Além dessa introdução e das considerações finais, compõe essa comunicação: um tópico denominado 'A concepção de gênero apresentada pelo Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná' referente à análise do PEESPP acerca da concepção de gênero na oferta da educação à população penitenciária paranaense; e, por fim, outro tópico intitulado 'A concepção de gênero apresentada pelas pesquisas brasileiras' que apresenta a concepção de gênero das pesquisas publicadas no Brasil sobre as políticas e os programas de educação direcionados à população penitenciária brasileira.

2. A CONCEPÇÃO DE GÊNERO APRESENTADA PELO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ

Primeiramente verificaram-se as disposições do PEESPP (PARANÁ, 2012) acerca das questões de gênero na oferta da educação à população penitenciária paranaense. Esse tópico debruça-se sobre a compreensão de gênero – discursivamente declarada – na proposição das ações nele apresentadas para a educação nesse âmbito.

É pertinente mencionar, inicialmente, que a regulamentação da oferta educacional no Sistema Penitenciário do Paraná decorre das preconizações dispostas nas políticas públicas em nível federal. O PEESPP contém um tópico específico denominado **"X. ATENDIMENTO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO"** (PARANÁ, 2012, p. 113, grifo do autor) no qual se afirma que a população penitenciária paranaense "caracteriza-se como público bastante heterogêneo, com acentuada diversidade etária, etnicorracial, sociocultural, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero". E, considerando tal perfil populacional, o estado do Paraná dispõe que:

[...] a oferta de educação no sistema prisional deve contemplar toda essa diversidade de sujeitos, através da elaboração e implementação de uma legislação específica, compreendida como instância de construção coletiva que respeite os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e a participação social, representando mais do que um documento e caracterizando-se como um dos meios de viabilizar a escola democrática e de qualidade para todos e todas (PARANÁ, 2012, p. 113).

Constata-se o reconhecimento da diversidade da população penitenciária paranaense, no entanto, não se evidencia discursivamente declarada no plano a concepção do estado do Paraná sobre gênero. Ou seja, não houve a preocupação em deixar claro no discurso político do documento a concepção de gênero e sua relação com a proposta de Educação Prisional apresentada.



Nesse sentido, de modo sucinto e superficial, no que diz respeito às questões de gênero na proposta de oferta de Educação Prisional no Paraná, o PEESPP (2012) se restringe a duas disposições: uma em relação à população penitenciária feminina paranaense; e outra que abrange as minorias populacionais na qual se menciona a classe de sujeitos com as diferentes condições/identidades de gênero denominada no documento como 'LGBT' "(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)" (PARANÁ, 2012, p. 114).

Em relação às disposições específicas à população penitenciária feminina paranaense, o plano se compromete discursivamente em assegurar e promover a defesa dos direitos das mulheres, bem como "as políticas públicas de Estado relacionadas à educação, saúde, direitos humanos e demais especificidades no atendimento às mulheres" nos estabelecimentos penais femininos (PARANÁ, 2012, p. 113).

Já no que diz respeito à classe de sujeitos com as diferentes condições/identidades de gênero denominada no PEESPP (2012) como 'LGBT', dispõe-se que:

Para garantir uma educação que atenda as demandas e especificidades da população carcerária, numa perspectiva emancipadora, tendo como horizonte a (re)inserção social, a promoção da formação humanizada e o resgate da cidadania, é necessário promover ações articuladas com os movimentos sociais para o combate à discriminação e à violência contra a mulher, idosos, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), indígenas, afrodescendentes, ciganos, estrangeiros e portadores de necessidades especiais dentro das prisões, bem como promover a inserção dessas pessoas nas modalidades de educação ofertadas (PARANÁ, 2012, p. 114).

Diante das disposições destacadas acima, foi possível observar no discurso político paranaense a ausência de um posicionamento discursivo claro em relação à concepção e às questões de gênero que subsidiem a possibilidade de acesso à educação no ambiente prisional de acordo com a diversidade e as especificidades de gênero.

No próximo tópico, apresenta-se a mesma análise em relação à produção científica sobre Educação Prisional no Brasil, defendidas no período entre os anos 2001 e 2015, com o objetivo de verificar se há divergência acerca da concepção e das questões de gênero na oferta da educação à população penitenciária paranaense disposta no PEESPP.

3. A CONCEPÇÃO DE GÊNERO APRESENTADA PELAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Nesta seção, apresenta-se uma revisão sistemática, conforme as orientações de Mainardes (2006, p. 08), ela objetiva "mapear as pesquisas sobre determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, as abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e sínteses das conclusões".

A abordagem empregada caracteriza-se como qualitativa, nessa perspectiva, os resumos das produções encontradas foram analisados em duas



etapas: na primeira etapa as produções científicas foram organizadas conforme a natureza, o ano de publicação e a localização; na segunda etapa apresenta-se a análise das produções no intuito de apreender a concepção de gênero ante a oferta educacional à população penitenciária.

3.1. Mapeamento das Produções Científicas

A busca pelas pesquisas foi realizada no período entre março e abril de 2016, nas principais bases de dados acadêmicos: no Banco de Teses e Dissertações da CAPES; na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); na Plataforma Sucupira; e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações das principais universidades paranaenses³.

Houve o cuidado em manter o mesmo termo para a busca nas diferentes bases de dados. A palavra-chave utilizada foi 'educação prisional'. Por meio da busca foram selecionados 24 (vinte e quatro) trabalhos acadêmicos para esta revisão de literatura, dentre eles 8 (oito) teses e 16 (dezesesseis) dissertações. Somente uma dissertação foi desenvolvida em um programa de mestrado profissional. As demais produções mapeadas foram vinculadas à modalidade de pós-graduação acadêmica.

Supõe-se que o maior número de dissertações em detrimento do número de teses ocorre devido ao campo da Educação Prisional estar ainda em processo de delineamento e consolidação, uma vez que as políticas e os programas que efetivamente instituíram essa prática educacional no país ganharam pauta na agenda política e governamental de maneira mais vigorosa a partir do ano 2005.

Nesse sentido, há a necessidade de desenvolver estudos exploratórios no âmbito desse campo que emerge da recente 'preocupação' política em estender o direito à educação à população penitenciária brasileira. E, assim, as dissertações desempenham sua atribuição acadêmica, social e política desvelando e caracterizando as peculiaridades das práticas educacionais no ambiente prisional, uma vez que as teses especificam mais suas análises dependendo de um conhecimento já consolidado a respeito da temática abordada.

O recorte temporal foi delimitado entre os anos 1984 e 2016, anos que compreendem a instituição da Lei de Execução Penal de 1984 (LEP), que já preconizava a assistência educacional⁴ à população penitenciária do país, até o ano de desenvolvimento da presente pesquisa – 2016. Embora seja amplo o período estipulado para a busca, foram encontradas pesquisas publicadas entre os anos 2001 e 2015. A distribuição das pesquisas de acordo com o ano de publicação está apresentada no Quadro 1:

³ Sítio eletrônico das bases de dados consultadas de acordo com a ordem de apresentação no texto:

<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>; <<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>; <<http://tede.unioeste.br/tede/>>;
<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>>; <<http://www.pucpr.br/biblioteca/bibliotecadigital.php>>;
<http://www.bibliotecadigital.uel.br/teses_dissertacoes.php>; <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/teses_dissertacoes.php>;
<http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/index.php>;
<http://www.portal.ufpr.br/teses_acervo.html>; <http://tede.unicentro.br/tde_busca/index.php>.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

Quadro 1 – Produção acadêmica sobre Educação Prisional – Brasil 2001-2015

Ano	2001	2003	2005	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
(Qt)	01	01	01	01	01	01	06	06	01	03	02	24

Fonte: As autoras.

⁴ “Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. [...] Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando -se no sistema escolar da Unidade Federativa” (BRASIL, 1984, s/p).

Observa-se que os anos 2011 e 2012 correspondem ao maior número de publicações, contendo metade dos trabalhos incluídos nessa análise. Acredita-se que esse aumento de produções acadêmicas nesse período resulta da instituição, em 2005, do PNEP (2005) que movimentou as secretarias de Justiça, Cidadania e Educação no sentido de aumentar e/ou aperfeiçoar a oferta da assistência educacional no ambiente prisional. Esse plano gerou, conseqüentemente, o interesse acadêmico em documentar, descrever e refletir sobre esse novo plano político no âmbito da Educação Prisional.

A partir da análise dos resumos dos trabalhos incluídos nesta revisão de literatura, constatou-se que a maioria dos programas de pós-graduação vinculados as pesquisas são instituídos em universidades do estado de São Paulo com oito pesquisas, seguido por Minas Gerais com quatro pesquisas, e Santa Catarina com três pesquisas.

Constatou-se, também, que a maioria das pesquisas incluídas nessa revisão foram desenvolvidas em Programas de Pós-graduação em Educação (16), seguida das Ciências Sociais(2). Compreende-se que a temática é complexa e que seu entendimento depende de outras áreas do conhecimento, pois a própria instituição da assistência educacional no ambiente prisional está vinculada a dois ministérios: o da Justiça e o da Educação.

Após a leitura dos resumos das produções acadêmicas que compõem essa revisão de literatura, foram delimitadas as categorias de análise de acordo com o *locus* de pesquisa. Nesse processo constatou-se que as publicações trataram das políticas e programas educacionais no âmbito prisional direcionadas à população penitenciária masculina, ou feminina, ou ainda de maneira mais generalista, abordando a política e o sistema penal brasileiro em sua conjuntura federal e/ou estadual, sem ir a campo.

Para melhor visualização, o material inventariado foi organizado em três categorias, as quais estão expostas no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Categorização das teses e dissertações sobre Educação Prisional – Brasil – 2001-2015

CATEGORIA (I)- Pesquisas realizadas em instituições penais para a população masculina (15 produções):

- Um dos caminhos da educação na Penitenciária de Marília / SP;
- Educação escolar no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul: um olhar sobre Paranaíba;
- Educação entre Grades: um estudo sobre a Educação Penitenciária no Amapá;
- Políticas públicas educacionais no âmbito do sistema penitenciário: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado;



-Um mundo dentro de outro mundo: educação prisional no estado de Pernambuco;
-A profissionalização dos apenados por meio da educação a distancia como contribuição ao mercado de trabalho/ o caso da penitenciária de Florianópolis/SC;
-Curso superior no sistema prisional mineiro: obstáculos e convergências na reintegração de presos;
-Para além das celas de aula: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia-Minas Gerais;
-Escola e vida no cárcere: uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria;
-Educação e prisão: o valor da escola para os jovens e adultos presos no centro de ressocialização de Cuiabá/MT;
-Para cada pé, um sapato!? A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade;
-Educação de jovens e adultos privados de liberdade e o programa nacional de inclusão de jovens em unidades penais do estado do Rio de Janeiro;
-PROEJA FIC/Fundamental no IFRN-Campus Mossoró: das intenções declaradas ao funcionamento de um curso em espaço prisional;
-Educação, escola e prisão: o espaço de voz de educandos do centro de ressocialização de Rio Claro/SP.

CATEGORIA (II) - Pesquisas realizadas em instituições penais para a população feminina (cinco produções):

-Tecnologia educacional e inclusão digital para a reabilitação prisional;
-Educação de mulheres em situação prisional: experiência que vem do sul, no processo de reinvenção social;
-Educação ou castigo: um estudo sobre mulheres reeducandas;
-Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão;
-Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade.

CATEGORIA (III) - Pesquisas sobre as políticas educacionais para o sistema penitenciário, sem focar a análise em uma instituição penal (quatro produções):

-Avaliação diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro: identificando dificuldades e potencialidades;
-Educação na prisão;
-Educação prisional no estado de São Paulo: passado, presente e futuro;
-O Exame Nacional do Ensino Médio: direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade.

Fonte: As autoras.

A partir da análise das produções científicas mapeadas, e acima inventariadas, é possível apontar que as pesquisas das categorias (I) e (II) ao mesmo tempo que descrevem e analisam especificamente as ações de programas educacionais desenvolvidas no ambiente de uma instituição penitenciária brasileira dialogam com o conteúdo das políticas públicas nacionais e estaduais que instituíram e possibilitaram (e/ou até mesmo limitaram) o desenvolvimento dessas ações. A atenção dessas pesquisas centra-se nos aspectos organizacionais e pedagógicos dos programas educacionais no contexto prisional.

A diferença dessas categorias, e conseqüentemente das pesquisas, é que a categoria (I), que compreende a maioria das produções mapeadas, teve como *lôcus* penitenciárias para a população masculina, evidenciando a predominância da produção do conhecimento a respeito da Educação Prisional direcionada à população penitenciária masculina e suas especificidades.

Já as pesquisas referentes à categoria (III) utilizam diferentes enfoques teórico- metodológicos para a análise das políticas públicas nacionais e estaduais que pretendem estender o direito à educação preconizado na CF/88 à população



penitenciária brasileira, sem abordar ações educativas realizadas em uma única instituição penal.

O ambiente penitenciário brasileiro é peculiar sobretudo pelo confinamento e convivência entre populações específicas (UNODC; OPAS, 2012). Nesse sentido, atentar-se para as questões relacionadas a categoria gênero é muito pertinente para a compreensão de políticas e programas direcionadas à essas instituições. Reconhecer, apreender, desvelar e refletir a respeito da concepção de gênero na oferta e acesso da Educação Prisional representa uma questão de direito. Além disso, pode refletir significativamente em avanços no âmbito da gestão e das políticas públicas em Educação Prisional.

3.2 A Concepção de Gênero Apresentada pelas Pesquisas Brasileiras Realizadas em Instituições Penais Femininas

Constatou-se que somente as pesquisas que compõem a categoria (II) desta revisão de literatura abrangem a categoria gênero em suas análises, certamente por se tratar de pesquisas que abrangem o acesso à educação da população penitenciária feminina brasileira. Sendo assim, nesse subtópico, será apresentada a concepção de gênero adotada por cada uma dessas produções científicas.

Os pesquisadores dessa categoria optaram exclusivamente pela pesquisa qualitativa ao analisar programas específicos de educação ofertados em penitenciárias femininas pelo território nacional.

Apesar de abordar uma instituição penal feminina e mencionar em sua produção a relevância da categoria gênero no seu universo de pesquisa, Gomes (2013) optou por não discutir a relação de gênero ao analisar a oferta educacional do Colégio Estadual Roberto Burle Marx que funciona dentro da penitenciária feminina Talavera Bruce, localizada no Rio de Janeiro.

A concepção de gênero exposta na pesquisa de Barth (2003), ao analisar a proposta de inclusão digital no Presídio Feminino de Florianópolis, ressalta os aspectos conceituais da relação de poder teorizados por Foucault (1986), bem como o debate acerca da autonomia e da equidade social entre gêneros, nas palavras da autora:

O recorte de Gênero ressalta aspectos conceituais da área de Gênero estabelecidos numa ótica de relação de poder (ARAÚJO, 2000; FOUCAULT, 1986); de autonomia (FAUST-RAMOS, 1996; HARDING, 1996) e de equidade social entre gêneros (CHERNY; WEISE, 1996; BELENKI et al., 1997; GOLDBERG et al., 1996; GILLIGAN, 2000) (BARTH, 2003, p. 30, grifo da autora).

Nesse sentido, Barth (2003, p. 30) se posiciona em sua tese destacando a necessidade de promover propostas educacionais que possibilitem “os avanços da posição feminina na pirâmide social” com o intuito de diminuir a exclusão social e a discriminação da mulher. Assim, a autora afirma que:

Neste estudo, Gênero é definido como “um elemento constituinte de relações sociais baseado nas diferenças que distinguem os sexos e uma forma primária de relações de poder e significado” (SCOTT, 1999, p. 12) e está inserido no escopo deste trabalho pela natureza da clientela-alvo do desenho educacional, mulheres – presidiárias que caracterizam uma



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

minorias sociais. [...] se ressalta a concepção de Gênero fundamentada no modelo da valorização da auto-estima, que se incluem como necessária às dimensões políticas e ideológicas de conquista de autonomia, de oportunidades, de espaço e de identidade social. Para tal, não é necessária uma ruptura das relações de Gênero, mas, sim, uma renovação dessas relações, uma releitura e adaptação dessas relações no mundo que constantemente se renova, se atualiza, evolui (BARTH, 2003, p. 30, grifo da autora).

Para além do exposto, a autora se posiciona, ainda, em defesa da inclusão da categoria gênero na gestão das políticas públicas de educação, ao afirmar que “A inclusão da perspectiva de Gênero, nas ações de instituições internacionais consagradas, indica a necessidade e a preocupação de colocar a mulher como sujeito de ações sociais e educacionais visando ao empoderamento e à garantia de oportunidades” (BARTH, 2003, p. 31).

O conceito de gênero adotado por Nonato (2010, p. 50) ao analisar a oferta de um curso de nível superior no Presídio Feminino Madre Pelletier, localizado em Porto Alegre/RS, é fundamentado nas contribuições de Guacira Lopes Louro (1995, 1996, 2008) e Joan Scott (1990, 1998), “que enfatizam as relações entre mulheres e homens como produzidas culturalmente sustentando-se no que as sociedades consideram masculino e feminino”. Ainda sobre essa concepção, a relação entre homens e mulheres influencia a construção cultural e permeia os espaços sociais, especialmente os institucionais.

De acordo com o posicionamento de Nonato (2010), as instituições, os espaços e as relações sociais são instituídas pelo gênero assim como o instituem, essa dinâmica é denominada pela autora como “generificação dos espaços sociais” (p. 50). Nesse sentido, a autora destaca que sua pesquisa “aponta o cárcere como instituição generificada e que também generifica. Nele as relações entre mulheres e homens entre mulheres e mulheres entre homens e homens são largamente perpassadas por questões de gênero” (p. 50). Para além do exposto, a pesquisadora afirma que gênero e educação se encontram:

Ao definirmos “gênero como categoria de análise” (Scott, 1990), buscamos considerar as mulheres apenas como protagonistas de uma experiência única, até então, no Brasil. Mulheres que, mesmo dentro de um cárcere, se fizeram profissionais do Serviço Social, enfrentando dificuldades instituídas como naturais ao espaço prisional, com persistência. Procuramos, ainda, retirar a mulher da condição de vítima da opressão masculina e mostrar seu potencial de inconformidade e mudança (NONATO, 2010, p. 51, grifo da autora).

A partir da reflexão sobre a inserção da mulher na vida social, bem como os preconceitos e a desigualdade que emergem da sua atuação no mercado de trabalho e outros aspectos da sociabilidade, Cunha (2011) se apropria da teoria de Bauman (2005) para a compreensão das relações de gênero estabelecidas na sociedade moderna, discutindo as categorias de pertencimento e identidade.

Nesse sentido, ao analisar o contexto institucional educativo e disciplinar do Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara/SP, Cunha (2011, p. 48) destaca que:



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

A mulher que, historicamente vivenciou uma trajetória de invisibilidade, enquanto sujeito no espaço público e subordinação no âmbito privado, passa a assumir novos papéis sociais com a transformação da sociedade capitalista e a disputar o poder nas relações que estabelece, inclusive na esfera doméstica como chefe de família e espaço público por meio do trabalho assalariado.

Por fim, Santos (2014) relaciona o debate de gênero e de classe social ao analisar a oferta educacional do Presídio Feminino de Florianópolis. Apropriando-se dos pressupostos dos autores argentinos Margulis e Urresti, a autora analisa como a mulher da “classe social popular” vivência nas diferentes instituições (família, escola, prisão) a garantia e/ou a privação dos seus direitos.

Nessa perspectiva, a pesquisadora concebe a categoria gênero pela ótica dos papéis sociais postulados por Bourdieu (1999), sendo assim, para ela:

[...] os papéis sociais (e, neste caso, os papéis de gênero) são construídos durante a socialização por meio da incorporação do habitus. Deste modo, aprende-se a ser “mulher” e aprende-se a ser “homem” no processo de socialização, introjetando-se, como algo natural, o que a sociedade convencionalmente espera de um e de outro e o que pode ser alcançado por um e outro. [...] A aprendizagem dos papéis de gênero seria, portanto, um processo sociocultural e, como tal, é naturalizado pelos sujeitos como se os “atributos” que identificam homens e mulheres em sociedade nascessem com as pessoas. [...] Passa-se a atribuir como característica “naturalmente feminina” ser mais emotiva, por exemplo, enquanto se reconhece como comum à “natureza masculina” ser racional. Essa “naturalização dos processos socioculturais” contribuem para a manutenção de mitos da “superioridade masculina” e da “inferioridade feminina” e dimensionam a ocupação desses sujeitos na vida social em posições socialmente reconhecidas como mais ou menos importantes, se destinadas a homens e mulheres, respectivamente (SAFFIOTI, 1987; CAMACHO, 1997/2002; BOURDIEU, 1999 *apud in* SANTOS, 2014, p. 114-115, grifo da autora).

De acordo com os resultados das pesquisas que compõem a Categoria (II), Barth (2003), Nonato (2010), Cunha (2011), Gomes (2013) e Santos (2014) sugerem que a proposta dos programas educacionais no ambiente prisional feminino necessita apreender a realidade do ambiente, das normas e da população a qual é destinada para que haja uma coerência pedagógica. Nesse sentido, Santos (2014, p.197) orienta:

[...] uma prática educativa que buscasse romper com os estereótipos construídos sobre as estudantes, com relações professores-estudantes fundamentadas nas experiências frustrantes tecidas em espaços educativos anteriores à prisão e a construção de uma prática que fosse significativa para as mulheres matriculadas nas turmas do CEJA da penitenciária.

A partir das concepções de gênero expostas acima, constata-se que ao contrário do PEESPP (2012), com exceção de uma autora, as pesquisadoras do campo da Educação Prisional, no âmbito das instituições para a população feminina, reconhecem e destacam a discussão da categoria gênero em suas análises a respeito da oferta e acesso à educação, posicionando-se teoricamente a respeito.

Nesse momento, cabe destacar que as questões de gênero como categoria de análise podem equivocar-se quando tratam somente da historiografia das



mulheres, visto que a complexidade dessa categoria abrange a diversidade do exercício da sexualidade. Como bem nos orienta Perrot (1995, p. 25):

Creio que a história sobre gênero é uma área de pesquisa histórica perfeitamente legítima e extremamente útil. Porém, é preciso não confundir-la com uma história das mulheres e não tentar suprir, através dela, a carência de uma história social das mulheres.

Assim, concorda-se com Scott (1995, p. 72, grifo do autor) que afirma:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitoado, assim como um historiador de classe não pode deixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

A análise proposta nesse trabalho também evidencia que a abordagem da categoria gênero nas pesquisas sobre a oferta e o acesso à educação em ambiente prisional caracteriza-se como incipiente e necessita de maior exploração, uma vez que as produções acadêmicas ao produzirem um conhecimento/saber sobre essa realidade possibilitando a (re)orientação das políticas públicas da gestão na Educação da Prisional, bem como reproduzem ou exercem resistência à realidade posta.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, constatou-se a divergência entre o posicionamento discursivo acerca das questões de gênero na oferta da educação à população penitenciária presentes no PEESPP (2012) e nas produções acadêmicas inventariadas na revisão de literatura. No PEESPP (2012) constatou-se a ausência de um posicionamento discursivo sobre a concepção de gênero e sua relação com a proposta de Educação Prisional apresentada, apesar do reconhecimento da diversidade de gênero da população penitenciária paranaense.

Já as produções científicas do campo da Educação Prisional, no âmbito das instituições para a população feminina, reconhecem e destacam a discussão da categoria gênero em suas análises a respeito da oferta e acesso à educação, posicionando-se teoricamente a respeito.

Verificou-se, também, que somente as pesquisas que compõem a categoria (II) desta revisão de literatura, aquelas que tiveram como *lôcus* de pesquisa uma instituição penal feminina, abrangem a categoria gênero em suas análises.

Considerando os achados desse trabalho, bem como a pretensão de avaliar o PEESPP por meio de uma perspectiva emancipatória, na qual para além do objeto da avaliação a dinâmica da conjuntura social, do campo acadêmico e do *lôcus* de pesquisa são relevantes, verificar o discurso político e o acadêmico acerca da concepção de gênero nas propostas e no acesso à educação no contexto prisional é inestimavelmente relevante.

Por fim, tanto o PEESPP quanto as produções acadêmicas que compõem essa revisão reconhecem discursivamente a relevância da diversidade de gênero na



gestão das políticas públicas educacionais no âmbito prisional. Porém, o posicionamento discursivo político e a abordagem da categoria gênero nas produções acadêmicas sobre a oferta e o acesso à educação em ambiente prisional caracterizam-se como incipientes e necessitam de maior atenção e exploração.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura.; MAGALHÃES, Heitor de.; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 95p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Guia sobre gênero, HIV/AIDS, coinfeções no Sistema Prisional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000- 2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.40, p.7-23, jan./abr. 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/planoedu.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 09-28, 1995.

SAUER, Adeum Hilário JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil: questões, avanços e perspectivas. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO NAS PRISÕES, 2012, Brasília. **Documento-Referência**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOBRE a UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES QUE COMPÕEM A REVISÃO DE LITERATURA

ABREU, Almiro Alves de. **Educação entre Grades**: um estudo sobre a Educação Penitenciária no Amapá. 2008, 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

AGUIAR, Alexandre da Silva. **Educação de jovens e adultos privados de liberdade e o programa nacional de inclusão de jovens em unidades penais do estado do Rio de Janeiro**. 2012, 199f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

AMORIN, Luiz Antonio. **Um dos caminhos da educação na Penitenciária de Marília/SP**. 2001, 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Educação escolar no sistema penitenciário de Mato Grosso do Sul**: um olhar sobre Paranaíba. 2005, 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BARTH, Elaine Maria Luz. **Tecnologia educacional e inclusão digital para a reabilitação prisional**. 2003, 190f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BASTOS, Alessandra Alfaro. **Escola e vida no cárcere**: uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria. 2012, 73f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CAMPOS, Aline. **Educação, escola e prisão**: o espaço de voz de educandos do centro de ressocialização de Rio Claro/SP. 2015, 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

CUNHA, Elizangela Lelis da. **Educação ou castigo**: um estudo sobre mulheres reeducandas. 2011, 172f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.



DINIZ, Ana Lúcia Pascoal. **PROEJA FIC/Fundamental no IFRN-Campus Mossoró:** das intenções declaradas ao funcionamento de um curso em espaço prisional. 2014, 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

FONSECA, Roberto Vidal. **A profissionalização dos apenados por meio da educação a distancia como contribuição ao mercado de trabalho/ o caso da penitenciária de Florianópolis/SC.** 2011, 134f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GARUTTI, Selson. **Políticas públicas educacionais na Penitenciária Estadual de Maringá – Paraná (1999-2010):** Possibilidade de reinserção social do apenado. 2015, 174f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

GOMES, Priscila Ribeiro. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LIMA, Ellen Christina Lino. **O Exame Nacional do Ensino Médio:** direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade. 2014, 117f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

MENDES, Francisco Carlos de Figueiredo. **Um mundo dentro de outro mundo:** educação prisional no estado de Pernambuco. 2011, 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

NONATO, Eunice Maria Nazareth. **Educação de mulheres em situação prisional:** experiência que vem do sul, no processo de reinvenção social. 2010, 213f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **Para além das celas de aula:** a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia-Minas Gerais. 2012, 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PASSOS, Thais Barbosa. **Educação prisional no estado de São Paulo:** passado, presente e futuro. 2012, 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

PEREIRA, Leiva Custodio. **Educação e prisão: o valor da escola para os jovens e adultos presos no centro de ressocialização de Cuiabá/MT.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SANTOS, Pollyana dos. **Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade.** 2014, 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SERRADO JÚNIOR, Jehu Vieira. **Políticas públicas educacionais no âmbito do sistema penitenciário: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado.** 2009, 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SILVA JUNIOR, Manoel Bezerra da. **Educação na prisão.** 2011, 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Agnus Rodrigues da. **Curso superior no sistema prisional mineiro: obstáculos e convergências na reintegração de presos.** 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) – Centro Universitário UNA, Minas Gerais, 2011a.

SILVA, Gerlan Oliveira da. **Avaliação diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro: identificando dificuldades e potencialidades.** 2011, 142f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011b.

SILVA, Jose Marcelo Conceição. **Para cada pé, um sapato!? A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.